

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 130.707 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : CLAUDIO BRANDÃO GARCIA
IMPTE.(S) : ANTONIO ROBERTO SANCHES
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO: Trata-se de “*habeas corpus*”, com pedido de medida liminar, **impetrado** contra decisão que, **emanada** do E. Superior Tribunal de Justiça, **acha-se consubstanciada** em acórdão assim ementado:

“‘HABEAS CORPUS’. ROUBO MAJORADO. ‘WRIT’ SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. REGIME INICIAL. MOTIVAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. Fixada a quantidade da sanção devida a quem, comprovadamente, violou a norma penal, compete ao Juiz natural da causa indicar, de maneira motivada e com base nos dados concretos dos autos, qual o regime inicial a fixar para o cumprimento da reprimenda, não sendo possível lhe coarctar a consideração de fatores que, associados e complementares à dogmática penal, indiquem como necessária, para o alcance dos fins da pena, a imposição de regime mais gravoso do que indicaria a mera correspondência da quantidade da pena à previsão legal.

2. Não há ilegalidade na fixação do regime mais gravoso do que o correspondente à pena aplicada, quando apontados dados fáticos suficientes a indicar a gravidade concreta do crime – na espécie, a prática do roubo por número de agentes superior ao exigido para configurar a majorante do concurso (3), o planejamento do crime com a ajuda de informante e o emprego de arma de fogo – ainda que o agente seja primário e o ‘quantum’ da pena seja inferior a 8 anos (art. 33, § 3º, do CP).

3. ‘Habeas corpus’ não conhecido.”

(HC 327.178/SP, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ – grifei)

Busca-se, em sede cautelar, **seja determinada** a transferência do ora paciente para o regime semiaberto.

O exame dos fundamentos em que se apoia este “writ” constitucional parece descaracterizar, ao menos em juízo **de estrita** delibação, a plausibilidade jurídica da pretensão deduzida **nesta** sede processual.

Cumpre assinalar, por relevante, **que o deferimento** da medida liminar, **resultante** do concreto exercício do poder geral de cautela **outorgado** aos juízes e Tribunais, **somente se justifica** em face de situações **que se ajustem** aos seus específicos pressupostos: **a existência** de plausibilidade jurídica (“*fumus boni juris*”), de um lado, **e a possibilidade** de lesão **irreparável ou** de **difícil** reparação (“*periculum in mora*”), de outro.

Sem que concorram esses dois requisitos – que são *necessários*, *essenciais* **e cumulativos** –, **não se legitima** a concessão da medida liminar.

Sendo assim, e sem prejuízo de **ulterior reapreciação** da matéria no julgamento final do presente “writ” constitucional, **indefiro** o pedido de medida liminar.

Publique-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator